

A revalorização do pequeno empresário e da pequena empresa terá que achar mecanismos de intercambio e articulação, quer para responder às especificidades locais quer a mercados externos não tradicionais, susceptíveis de se nos abrirem.

E se uma política industrial se não compadece com a aposta em empreendimentos gigantescos e vultuosos, hoje ultrapassados, igualmente se tem de recusar uma opção desindustrializadora, a todo o preço, sem se atender à reconversão possível e produtiva do existente: alimentando uma vaga crença num país predominantemente de serviços, então, na quase absoluta dependência da clientela externa.

É necessário, ainda, neste domínio, dado todo o seu peso político e ideológico, resolver na prática e de forma clara a complementarização entre empresas públicas e empresas privadas, articulando-as num processo de interdependência produtiva e de rendibilidade. A racionalização da gestão das empresas públicas exige, desde já, um processo de transparência na sua gestão administrativa e de fundos face aos accionistas, que é suposto serem todos os cidadãos portugueses. Só assim se achará a necessária remodelação de serviços, e a inovação, que conduz a um processo socialmente equilibrado de auto-financiamento, e não à custa do agravamento dos impostos e do nível de vida dos cidadãos.

No âmbito da política industrial torna-se, ainda, premente a definição dos objectivos da política energética, intimamente relacionada com a do aproveitamento dos recursos hídricos, carboníferos e de outras formas de energia renovável. Não



há ainda conhecimento da legislação que dará promulgação ao plano energético nacional mas adivinham-se algumas orientações pela política parcial de certos sectores. E o aumento do preço dos combustíveis e da energia eléctrica sugerem tentativas de diminuição dos níveis de consumo destas duas espécies de agentes energéticos, que irão reflectir na produtividade agrícola e industrial e agravarão a situação familiar da generalidade dos portugueses.

Ainda no domínio da política financeira e de impostos poderá dizer-se que desde 1976 as empresas bancárias tem acentuado a sua crescente descapitalização e ineficácia interventiva; quer pelas restrições à concessão de crédito (seu principal meio de obtenção de receitas), pelo pagamento dos juros de depósito, pela concorrência exagerada, pelo investimento sumptuário a começar nas próprias instalações, pelos não pagamentos da dívida por parte do Estado e pelo crédito mal parado. Mas, a procura de um novo processo de desenvolvimento que constitua um elemento decisivo para dar esperança ao futuro tem que buscar a revitalização da solidariedade nacional. Neste plano, a crise de confiança dos jovens e o seu descontentamento generalizado, no mundo que lhes é proposto, tem que ser vencida com a adopção de soluções materiais que, desde logo, respondam aos seus problemas mais instantes: o desemprego juvenil, a miséria habitacional, a ausência de perspectivas. Mas a solidariedade nacional também não pode ser recriada sobre os escombros do mundo do trabalho, dos mais desfavorecidos e dos mais pobres. E, por isso tem já de combater o pro-



liferar de situações de não pagamento de salários devidos aos trabalhadores em situação de laboração normal (caso único em toda a Europa, quando tanto dela se fala), e, no mesmo sentido, os objectivos que parece visar a publicação governamental da Lay-off: liberalizar os despedimentos colectivos e dar cobertura aos empresários que não pagam os salários devidos, e, estrangular a organização sindical a partir das empresas e das suas comissões sindicais.

Ora, como parte integrante do tecido social, os sindicatos tem que ser tomados como uma fonte mobilizadora das classes trabalhadoras para fazer sair o país da crise e, simultaneamente, como o "fiel da balança" entre uma política social e uma política de exploração.

## Fundação Cuidar o Futuro

4. A incapacidade política do Governo em gerir uma mudança em profundidade na nossa vida colectiva, de par com o sucessivo afunilamento das delegações de representatividade e alheamento dos cidadãos das decisões que lhes respeitam, vem modelando uma passividade resignada e uma progressiva descrença nos méritos e virtualidades do regime democrático.

Num Estado centralizado e gigante, absorventemente estruturante da sociedade civil, conformado por décadas de ditadura, as fórmulas e os mecanismos da democracia representativa, consignados na Constituição da República, têm vindo a institucionalizar-se não como meios necessários da vontade da base (a que em última análise no plano ético e político se repor-



R.

tam) mas como solução de devolução temporariamente definitiva de uma legitimidade que autocráticamente se administra.

O sistema político português começa a manifestar preocupantes distorções de exercício, a afirmar-se pela governamentalização do Estado, em que este galopantemente se partidocrata, num cenário muitas vezes devedor, e só, de fidelidades pessoais estreitas.

A Assembleia da República progressivamente a resvalar para uma simples câmara de eco do Executivo, perdendo a sua identidade e especificidade fiscalizadora; enquanto que o exercício de competências na direcção do Estado, entre o Presidente da República e Governo, se continua a pautar, não num sentido de harmonização e interdependência, mas por um conflito larvar em que o Presidente da República tende a ser colocado num simples papel de segurança do sistema em tempo de crise e de ruptura, e de seu espectador durante a evolução e desenvolvimento daquelas.

As próprias "válvulas de segurança" do sistema democrático (Tribunal Constitucional, Provedor de Justiça, Conselho Superior de Defesa Nacional, Conselho de Comunicação Social) perdem credibilidade ao instituírem-se numa lógica de referência governamental e partidocrata.

Expressão importante de democratização decorrente do 25 de Abril, o Poder local voga, também, numa relativa indefinição, muito mais situado no geral, ou forçado a assumir-se, como máquina periférica do poder central, ou como aspiração dum novo centralismo local, do que agente da activação social das localidades e de revitalização da sociedade.



Os meios de comunicação social do Estado espelham, por seu tempo, uma notória e preocupante dependência e bloqueamento face ao Governo: envolvidos por um clima e acções que agri- dem a autonomia da função informativa e procuram, com o es- pectro do desemprego, da ameaça hierárquica e da censura, im- por a sedução da propaganda.

Os riscos de "pauperização" do regime democrático começam, as- sim, a acentuar-se - o esvaziamento das fórmulas democrático- -representativas torna-as cada vez mais distantes das aspira- ções de democracia participada inscrita na Constituição da República - abrindo espaço a que a política surja como uma simples relação de forças, sem projecto, onde inelutavelmente se impõe o poder do mais forte.

Aos partidos políticos caberia, por isso, assumirem-se numa mais exigente responsabilidade e compreensão de que, impres- cindíveis ao exercício democrático, não esgotam os meios de participação dos cidadãos na vida pública; sobretudo num sis- tema partidário que, como o nosso, não está ainda suficiente- mente estabelecido ou cristalizado, nos seus componentes par- tidários, nas suas recíprocas identidades e representações sociais.

Mas, porque a democracia e a liberdade não se bastam a si mes- mas elas podem correr crescentes riscos com o agravamento da pobreza, em extensão e intensidade, e o acentuar das desigual- dades. A necessária mobilização dos portugueses para superar a situação de crise só pode verificar-se se não se agravarem unilateralmente os factores de insegurança e das condições de vida dos já mais desfavorecidos.



A mobilização nacional impulsionada por uma nova esperança só é possível a partir de uma redistribuição clara e séria dos sacrifícios e das compensações, aproveitando os recursos próprios do país e a nossa comum iniciativa criadora em busca de um novo modelo de desenvolvimento.

Só um projecto de articulação perene entre a responsabilidade pessoal humanizada e as exigências comunitárias e colectivas nos pode guiar na reorganização das estruturas da produção e do trabalho e dos serviços sociais, situando-nos no quadro de um novo diálogo internacional com os povos de todo o mundo, especialmente com os países de expressão oficial portuguesa.

Porque acreditamos na mobilização de vontades contra o desalento e a insegurança continuamos, firmemente, convictos de que é possível criar as condições para construir o Portugal Democrático e Novo, sonhado na madrugada de Abril.

Nas circunstâncias atrás expostas e numa perspectiva de responsabilização democrática, o MAD propõe-se:

- . contribuir para o inventário local e sectorial dos recursos desperdiçados ou insuficientemente explorados.
- . denunciar a má utilização dos recursos existentes apontando a sua necessária correcção.
- . equacionar a relação entre os micro-problemas constatados e o todo nacional.

Fundação Cuidar o Futuro

